

LEVINE, Robert. *O sertão prometido: o massacre de Canudos*. São Paulo: Edusp, 1995. 392 p.

*Candice Vidal e Souza**

A comunidade organizada em torno de Antonio Vicente Mendes Maciel no período de 1893 a 1897 completa pelo menos um século como objeto de pensamento. Desde que o beato andeje se sedentariza na Bahia, produzem-se interpretações sobre aquela gente e seus modos pelos mais diversos agentes. Compreender Canudos é uma teima que tem perpassado muitas vidas, brasileiras sobretudo, mas não apenas. Seja na imensa produção que compõe o pensamento social brasileiro, com seus representantes mais e menos célebres, seja no âmbito acadêmico, os acontecimentos de Canudos vêm perturbando sem tréguas, não importa a opção investigativa do observador.

O historiador norte-americano Robert Levine está entre aqueles que acreditam que o evento de Canudos continua a desafiar a reflexão e a pesquisa. *O sertão prometido: o massacre de Canudos* é uma reconstrução de Canudos com pretensão de inaugurar uma via de interpretação. Nem de longe é uma obra modesta, posto que quer estabelecer um modo de entender aqueles fatos e discursos em torno de Canudos–Belo Monte, apoiando-se em bibliografia e em documentos. O projeto de Levine é ousado em seus objetivos e criativo na sua execução. No resultado final, porém, há marcas de algumas derrapagens interpretativas. Vejamos como ele se constrói.

* Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília.

I

A intenção do livro é remontar a cena de Canudos, considerando o ponto de vista dos atores sociais envolvidos em escalas local, regional e nacional. Tudo isso sem perder o fio diacrônico que dá sentido à ordem social em que se insere a comunidade e ao momento nacional em que ela existiu. O próprio autor é quem avisa:

na medida do possível, meu estudo reconstrói a importância e o sentido cultural, econômico e político de Canudos na perspectiva de seus protagonistas: os próprios canudenses, a elite tradicional regional e nacional, os representantes do aparato político estadual, os oficiais e soldados enviados para dispersar e destruir a comunidade conselheirista e, por fim, o clero regular e secular católico que se viu envolvido nas questões ligadas à influência e à vida do Conselheiro. (p. 30)

Captar as visões de mundo para tornar compreensíveis as ações de cada um desses agentes: o léxico e a semântica do ver são o eixo metodológico e a sustentação interpretativa do trabalho. Levine mostra quais eram as perspectivas desses grupos envolvidos, assim como as visões posteriores a Canudos, sem deixar de apontar e valorar os equívocos de muitos dos olhares sobre Canudos. Por fim, acaba por explicitar, ao longo desse exercício de confrontos entre modos de ver, aquele que considera mais apurado para entender hoje o que foi Belo Monte.

A estrutura do livro é coerente com esses propósitos. Na introdução – “A tradição milenarista” – são anunciadas as discussões teóricas e conceituais para pensar os dados relativos a Canudos. As referências sobre sociedade e cultura camponesas, teologia católica, crítica literária, milenarismo e messianismo serão empregadas ao longo do livro para compor um retrato mais cuidadoso da comunidade baiana. Este procedimento oferece a Levine um espectro comparativo bastante amplo, que inclui análises não referidas ao Brasil, mas sustenta-se em outros trabalhos de análise de comunidades rurais brasileiras e nordestinas, em particular.

No entanto, é na conclusão – “Canudos enquanto uma experiência milenarista” – que o autor explicita e aprofunda o que sugere

o título da introdução: a definição de Canudos como expressão do milenarismo e a sua localização num conjunto de outras ocorrências assemelhadas. A proposição que relaciona os dois extremos do livro é a de que “Canudos não foi um acontecimento isolado dentro dos contextos nacional e regional” (p. 307).

Ou seja, é principalmente nas pontas do texto que Levine articula Canudos e o Conselheiro com a tradição milenarista luso-brasileira, preservando a sua particularidade política e histórica, mas também enfraquecendo aquela ofuscante certeza da singularidade absoluta de Canudos. As breves porém ilustrativas referências a oito movimentos messiânicos brasileiros informam que a autoridade policial ou eclesiástica tem sido impiedosa com a grande maioria dos crentes que queriam se apartar do mundo. Assim, como em Canudos, a espera dos tempos bons foi interrompida brutalmente em Rodeador, Pedra Bonita, Caldeirão... O que ocorre é que os seguidores de Conselheiro, muitos, mais bem preparados e senhores de seu poder, resistiram e o inimigo foi-se encorpando de armas e de idéias poderosas, respaldado pela legitimidade dos cidadãos recém-chegados à República.

A sorte daquela comunidade acabou por ser diferente. Sua existência foi alardeada, tornou-se notícia nas páginas dos jornais metropolitanos. Canudos importou aos seus conterrâneos de além-sertão, tomando o *status* de preocupação nacional, de modo nunca acontecido com movimentos comparáveis a ele. Além do que, segundo propõe Levine, as motivações teológicas de seu líder distinguiam-se de seus congêneres em alguns pontos, tais como a pregação de salvação da alma individualmente e não a salvação de toda a comunidade. Daí surgir a afirmação, aparentemente contraditória com a insistência comparativa antes mencionada, de que “Canudos se diferencia de todos os outros acontecimentos tanto em aspectos gerais como em particulares” (p. 319). Tal como nesta discussão, o movimento narrativo do livro alterna em outros temas a reflexão de teor comparativo e/ou generalizante com a caracterização de particularidades.

Acima de tudo, Levine sintetiza a sua leitura de Canudos, afirmando o que *realmente* teria lá acontecido, quando trabalha sobre a rica documentação primária e secundária mostrada ao longo do corpo do livro. Um dos regalos que traz ao leitor é reunir o precioso material existente em Salvador, encontrado tanto nas instituições de referência

sobre o tema (o Centro de Estudos Baianos e o Centro de Estudos Euclides da Cunha) quanto nos vários arquivos soteropolitanos. O mapeamento de documentação há muito pesquisada na Bahia, mas pouco conhecida entre os não-iniciados no tema, convida para novos trabalhos. É o caso, por exemplo, do interessante arquivo de cartas do Barão de Jeremoabo, dos papéis guardados na Arquidiocese de Salvador, dos debates no Legislativo baiano, dos relatórios anuais do chefe do Executivo baiano.

O autor, além dessas fontes, recorre aos jornais da época, bem como àquelas publicações tão pouco conhecidas que são as crônicas, narrativas e explicações analíticas sobre Canudos surgidas logo após o conflito, as quais foram ofuscadas para nós pela incontestável hegemonia da narrativa de Euclides da Cunha em *Os sertões*.

No entanto, a marca do livro não está na descoberta desses dados, mas na posição interpretativa da qual eles são enxergados. O primeiro capítulo – “Canudos e a visão do litoral: um panorama geral” – apresenta a compreensão própria que o autor traz para o que ocorreu no sertão da Bahia, ainda no nascedouro da República dos Estados Unidos do Brasil. Tratou-se de um confronto entre mundivisões diferentes, que foram postas em contato em um evidente desequilíbrio de forças. A incrível violência dirigida a Canudos teria sido motivada e justificada dentro dos quadros de referência que compõem a *visão do litoral*, compartilhada pelos brasileiros de então. Esta perspectiva, guia das ações e representações sobre Canudos, é, na definição de Levine, “uma visão tipicamente urbana que deprecia a vida rural, tachando-a de rústica e primitiva, além de se mostrar extremamente desgostosa com o fato de o Brasil ter um população maciçamente de cor, especialmente no sertão” (p. 85). Com isso, o autor ressalta a complexa relação entre os projetos de construção da nacionalidade e as regiões sertanejas.

As análises trançadas no restante dos capítulos estão integralmente comprometidas com essa noção que dirige as vistas do historiador. De um lado, há a preocupação em localizar os agentes cuja aproximação bélica ou intelectual a Belo Monte foi motivada pela *visão do litoral*. Entre eles, Levine coloca o narrador-mor de Canudos, Euclides da Cunha. Por outro lado, é trazido o contraponto: a visão de mundo do Conselheiro e daqueles sertanejos que o acompanharam. O autor quer tornar Canudos inteligível em seus próprios termos, recompondo o que poderíamos chamar de uma visão de dentro do sertão.

Com esse cuidado em situar os envolvidos a partir de seu lugar de ver (antes de tudo um lugar de viver) é tecida a trama de Canudos, segundo o nosso autor. O segundo capítulo – “Os sertões” – não é um comentário sobre a obra de Euclides, apesar de constantemente dialogar com a descrição da terra e do homem sertanejos aí contida. Levine se detém na concretude dos sertões nordestinos: sua formação histórica, paisagem, estrutura social e demográfica, e instituições econômicas. Ainda mapeia a região de Canudos quanto a seus costumes e práticas políticas, religiosas e econômicas. Enfim, mostra o correr da vida no mundo em que surgiu o beato Conselheiro, onde

o coronelismo e os proprietários de terra poderosos (...) foram responsáveis pela preservação de um sistema em que os valores patriarcais (lealdade, hospitalidade para os aliados, respeito pela autoridade) eram reforçados por fatores como a pobreza, o latifúndio monocultor, a coerção ao trabalho, o compadrio, a política de clientela e o favoritismo. (p. 178-9)

Em “A Nova Jerusalém”, o terceiro capítulo, Levine descreve a trajetória pessoal de Antonio Maciel, nascido em Quixeramobim (CE), até sua chegada à região do rio Vaza-Barris. As reações que a passagem do beato conselheiro provocava entre autoridades eclesiásticas e policiais também são pontuadas nesse trecho. Por fim, cessam as andanças em que reconstruía cemitérios e igrejas abandonadas quando se estabelece para fundar a cidade sagrada de Belo Monte. A cidade que recebia novas almas a cada dia já chamava a atenção das redondezas. Há relatos sobre os primeiros enfrentamentos dos canudenses com forças policiais, autoridades civis e religiosas.

Não demoraria muito a acender-se a pólvora do conflito que ocupa todo o quarto capítulo, em que se reexamina a história da destruição de Canudos. A magistral descrição de Euclides paira sobre qualquer novo relato da luta cessada há cem anos. Ela acompanha mais uma vez o autor nessa seção, porém, colocada como expressão da chamada *visão do litoral* sobre o combate. O texto de Levine reconta o evento aproveitando brechas deixadas por Euclides, enfatizando os lutadores do Conselheiro. Com isso, o que para Euclides eram figuras sem nome e sem história (somente os mais valentes eram conhecidos do lado em que estava Euclides), em Levine são pessoas que têm sua

trajetória e o seu papel na comunidade recuperados. O autor reúne ainda várias histórias do drama humano ali vivido. Dentre elas, impressiona a iniciativa do comitê de cidadãos instalado em Salvador para acolher os sobreviventes do conflito, liderado pelo jornalista Amaro Lélis Piedade.

“A visão do Conselheiro” é o assunto do interessante capítulo final. Relatos sobre homilias e sermões proferidos pelo beato, assim como breviários deixados pelo Conselheiro, são a matéria para reconstruir a teologia do Conselheiro e seu modo de compreender a missão do homem na terra. Com esse objetivo, Levine se apóia em trabalhos sobre catolicismo popular, particularmente na tese do padre Alexandre Otten sobre a mensagem religiosa do beato. Por fim, expõe as opiniões dos observadores do litoral sobre aquela gente pia, rápidos em classificá-la como fanática e irracional.

II

É aconselhável ter cautela em alguns momentos de *O sertão prometido*. Os propósitos do livro estão melhor indicados no título do original em inglês, *Vale of tears: Revisiting the Canudos massacre in northeastern Brazil, 1893-1897*. Levine realmente empreende uma *revisitação* de Canudos. Para bem e para mal. Se, de um lado, o livro aproveita os benefícios do olhar apurado pelo distanciamento e pela disponibilidade documental, de outro, ele incorre na tentação de “corrigir” interpretações anteriores, supostamente legitimado naquelas mesmas vantagens.

As virtudes do livro são resultado da proposta de visitar no sentido de recuperar a pluralidade de pontos de vista envolvidos no episódio. É inegavelmente proveitoso quando o autor acrescenta perspectivas ofuscadas pelas narrativas dominantes do evento, apontando o seu comprometimento com a visão do litoral.

Nesse ânimo, entretanto, algumas injustiças se cometem. Euclides da Cunha certamente é a maior vítima. O autor comete equívocos por descuidar da especificidade de *Os sertões* na sua dupla dimensão de relato da campanha de Canudos e de interpretação e proposição da nacionalidade. Levine alterna o respeito à ambigüidade dos sentimentos em torno da relação sertão e nação, que está latente no texto euclidiano, com a sua redução ao que classifica como *visão do*

litoral. A tensão entre rejeição e admiração que aquele encontro com o Brasil ignoto representou para intelectuais sinceramente envolvidos com o projeto de uma nação integrada é muitas vezes esquecida no livro.

Talvez fosse o caso de se diferenciar uma “visão de Euclides”, que, com seu relato, funda um modo de problematizar a nacionalidade que inclui os sertanejos, na posição de parte a ser incorporada a um ritmo civilizatório que ainda não é o do litoral. Canudos, para Euclides, foi oportunidade para desejar um outro Brasil. Nem só o sertão que via, nem só o litoral em que morava. Uma nação que combinasse positivities de ambos.

A atenção constante a essas observações tornaria mais complexo o cenário recuperado por Robert Levine. E alcançaria mais de perto o significado que os sertões, e Canudos de modo paradigmático, têm para as elites letradas do Brasil.